DO MODELO MAOÍSTA ÀS REFORMAS DE DENG XIAOPING: A FORMAÇÃO DA CHINA CONTEMPORÂNEA

From the Maoist Model to Deng Xiaoping's Reforms: The Formation of Contemporary China

Alanys Maria Raiol Botelho[1]
Alexandre Chagas Soares Machado[2]
Raul Carneiro Maia[3]

Resumo: O presente artigo trata-se de um estudo sobre a evolução da economia chinesa de meados do século XX ao início do século XXI. A pesquisa adota metodologia qualitativa, baseada em análise bibliográfica e histórica, possibilitando compreender a complexidade do processo, classificando-a como descritiva e explicativa, uma vez que descreve o processo histórico de evolução da economia chinesa e busca explicar os fatores que possibilitaram sua ascensão no sistema capitalista mundial. Essa pesquisa tem como objetivo geral mostrar como se deu o processo de ascensão da China como potência global. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, é possível mostrar que mesmo com políticas controversas adotados durante o período da revolução de Mao Tsé-Tung, contudo não impediu o desenvolvimento do país asiático que outrora fora periferia e tornou-se uma potência central emergente, abandonando a ideia ocidental de desenvolvimento e industrialização através de práticas imperialistas. Para o embasamento teórico, utilizaram-se as contribuições de Saes & Saes (2013) e Arrighi (2008), referências em História Econômica e Economia Política. Por fim, a pesquisa constatou que a ascensão chinesa resultou da combinação entre as bases estruturais estabelecidas durante a era maoísta e as reformas de mercado promovidas por Deng Xiaoping, culminando em sua transformação em potência central no século XXI. Entretanto, esse processo também gerou contradições significativas, como tensões políticas, desigualdades sociais e regionais que permanecem em aberto.

Palavras-chave: Economia Chinesa; Revolução de 1949; Mao Tsé-Tung; Deng Xiaoping; Socialismo de Mercado.

Abstract: This article is a study of the evolution of the Chinese economy from the mid-20th century to the beginning of the 21st century. The research adopts a qualitative methodology based on bibliographic and historical analysis, allowing for an understanding of the process's complexity. It is classified as both descriptive and explanatory, as it describes the historical evolution of the

[1] Graduanda em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
[2] Graduando em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
[3] Graduando em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Chinese economy and seeks to explain the factors that enabled its rise within the world capitalist system. The general objective of this research is to demonstrate how China's ascent as a global power took place. According to the bibliographic study, it is shown that despite the controversial policies adopted during Mao Zedong's revolutionary period, the development of this Asian nation – which was once part of the periphery and became an emerging core power – was not hindered. Furthermore, China abandoned Western notions of development and industrialization driven by imperialist practices. The theoretical framework is supported by the contributions of Saes & Saes (2013) and Arrighi (2008), key references in Economic History and Political Economy. Finally, the research found that the Chinese rise resulted from a combination of the structural foundations established during the Maoist era and the market reforms promoted by Deng Xiaoping, culminating in its transformation into a central power in the 21st century. However, this process has also generated significant contradictions, such as political tensions and social and regional inequalities that remain unresolved.
Keywords: Chinese Economy; 1949 Revolution; Mao Zedong; Deng Xiaoping; Market Socialism.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, o capitalismo global se viu ameaçado pelo espectro do comunismo que rondava não somente à Europa, mas se expandiu também para a América Latina, o continente africano, o Oriente Médio e a Ásia, consolidando-se em diversos países periféricos ao longo da Guerra Fria. A Ásia foi o principal continente de expansão real do comunismo fora da Europa, com implementações diretas e ameaças percebidas por parte do Ocidente.

Em 1949, marca a revolução comunista na China, tendo como principal liderança Mao Tsé-tung. O país asiático tornou-se uma potência global em termos de produção, comércio e influência geopolítica. Essa ascensão no mercado global é resultado de um longo processo histórico, iniciado com a Revolução de 1949 e moldado por uma série de transformações econômicas ao longo das décadas seguintes. No século XXI, o crescimento vertiginoso da economia chinesa põe em xeque a hegemonia dos Estados Unidos como principal potência do sistema monetário internacional. Apesar de muitos considerarem as políticas de Mao controversas, é inegável que elas desempenharam um papel crucial para o desenvolvimento da China, transformando-se de uma sociedade fortemente agrária e fragmentada para uma potência econômica global. A Revolução Chinesa de 1949 marcou a fundação da República Popular da China sob a liderança do Partido Comunista da China (PCC), estabelecendo uma nova forma econômica e social orientada pelos princípios do socialismo.

Deng Xiaoping foi o sucessor de Mao Tsé-tung, sendo a principal liderança política responsável por direcionar a economia chinesa para um novo caminho, processo iniciado no final da década de 1970, quando Deng ascende ao poder após a morte de Mao. Deng Xiaoping promoveu reformas estruturais que romperam com o modelo de planejamento centralizado, introduzindo elementos de mercado na economia chinesa – algo que, outrora, era inaceitável sob a liderança de Mao Tsé-tung – e abertura ao investimento estrangeiro. Embora não tenha abandonado formalmente as práticas socialistas adotadas nos anos anteriores, formulou-se o conceito de "socialismo com características chinesas", termo adotado pelo PCC. Embora a China estivesse sendo submetida a crescente inserção no mercado global, o país asiático não seguiu o modelo de dependência aos países economicamente hegemônicos, como observado em várias regiões em desenvolvimento, como os países da América Latina. Nesse contexto, surgiu a Teoria da Dependência, formulada por economistas da CEPAL, onde havia o objetivo de compreender as limitações estruturais ao desenvolvimento enfrentadas pelas economias periféricas. A teoria cepalina apontava que vários países, ao submeterem-se ao processo de industrialização, ficavam subordinados ao capital estrangeiro, gerando relações de dependência econômica e tecnológica.

A China, em primeiro momento, seguiu o modelo revolucionário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas em 1959-1960 rompeu-se politicamente por considerar que o modelo soviético não levava em consideração as especificidades da população chinesa. Embora a China, sob liderança de Mao Tsé-tung tivesse rompido e criticado abertamente o modelo soviético de industrialização, o país manteve um sistema econômico fortemente estatizado e rigidamente planejado, como se via na URSS. Foi somente com a ascensão de Deng Xiaoping sendo o ponto de partida para diversas reformas no sistema de produção, marcado pela descentralização econômica, introdução de mecanismos de mercado e abertura gradual ao comércio exterior. Assim, embora o rompimento político com a União Soviética tivesse ocorrido ainda com Mao Tsé-tung no poder, foi apenas com Deng Xiaoping que a China se afastou definitivamente do modelo econômico soviético.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da economia chinesa a partir do ano de 1949 até o século XXI, abordando as principais fases desse processo: a era maoísta e a construção do modelo socialista; o período de transição impulsionado pelas reformas de Deng Xiaoping; e a ascensão chinesa como potência econômica contemporânea. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, tendo como fundamento análise bibliográfica e histórica, possibilitando a compreensão quanto à trajetória da China como um processo complexo, contraditório e multifacetado.

A REVOLUÇÃO DE 1949 E A FUNDAÇÃO DA ECONOMIA SOCIALISTA NA CHINA

Na periferia do sistema capitalista, surgem na China dois partidos políticos no contexto da estrutura agrária tradicional e à opressão do campesinato, o Partido Comunista da China e o Kuomintang (partido nacionalista). Surgimento ocasionado pela insatisfação da população mediante o regime vigente: o império chinês, que se manteve no poder até o ano de 1911. Em meados do século XIX, o império se viu ameaçado pela forte intervenção externa que estava ocorrendo em seu território, momento histórico conhecido como a Primeira Guerra do Ópio, onde o governo reprimiu fortemente o contrabando da droga: o ópio é uma substância utilizada tanto para fins medicinais quanto recreativos, seu consumo se intensificou significativamente na China, sobretudo por influência britânica (Silva; Velozo, [s.d.]). Diante da pressão dos ingleses, o império cedeu o comércio da mercadoria sob pena de taxação. Porém anos mais tarde, a China vivenciou a Segunda Guerra do Ópio, dessa vez o país cedeu à pressão estrangeira, legalizando a droga por completo no território, abrindo o comércio do país asiático à influências externas. As Guerras do Ópio não foram os únicos fatores responsáveis pela instabilidade do Estado imperial, presenciava-se no campo muitas revoltas, além de corrupção administrativa e resistência à modernização em meio a ascensão das potências hegemônicas que emergiram no ocidente (Saes; Saes, 2013).

No ano de 1912, Sun Yat-sen funda o partido do Kuomintang, onde o líder e presidente – após assumir o poder, com a queda da Dinastia Qing – tinha como principal objetivo: a unificação da China. No mesmo ano, Sun entrega o cargo para o General Yuan Shi-Kai, na esperança de que ele seguisse o seu legado, mas logo abandonando os ideais do partido:

> [...] o general Yuan Shi-Kai se mostrou um tirano com ideais monarquistas. E em pouco tempo no poder ele instaura um governo autocrata, pratica a perseguição aos opositores, fecha o congresso e, em 1913, condena Sun Yat-Sen a mais um exílio. O governo de Yuan Shi-kai, previsto no modelo original, durou três anos. Em 1915 ele se proclama imperador e instaura na China o tipo de governo que ele mesmo ajudou a derrubar. Mas seu reinado durou pouco. Em 1916, por pressões internas e externas à China, ele abdica do trono e volta a ser presidente. (BARBOSA, 2016, p. 4)

Yuan Shi-Kai morreu em 1916. Em 1927, após uma vasta fragmentação política na China, o Kuomintang ascendeu ao poder, sob liderança de Chiang Kai-shek (BARBOSA, 2016).

O PCC ganhava forte relevância no cenário atual inflamando o seu número de seguidores, diante de sua forte propagação política e ideológica, ocasionando a perseguição aos comunistas, que outrora eram seus aliados. Inicialmente, O Kuomintang, liderado por Sun Yat-sen, emergiu como um movimento nacionalista e politicamente liberal. Houve a criação de uma aliança entre os dois partidos – Kuomintang e o Partido Comunista Chinês, que havia sido recém-fundado, em 1921 – que tinham como propósito comum de reorganizar a república e combater o imperialismo estrangeiro que fragilizava o país. A aliança em partes deu certo, com o apoio do PCC, o Kuomintang ascendeu ao poder, onde governou o país por cerca de duas décadas. A economia

chinesa era fundamentalmente agrícola, com pouca industrialização, onde uma grande parcela da população vivia na área rural. A instabilidade provocada por guerras civis, invasões estrangeiras – sobretudo a ocupação japonesa – e a limitada penetração do capitalismo industrial impediram a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e coordenado. Como apontado anteriormente, a ruptura dos partidos que, outrora fizeram aliança política para derrotar o império chinês, agora havia sido desfeita, ocasionando a uma guerra civil duradoura, o conflito foi marcado por confrontos militares, repressão política e alternância de períodos de guerra aberta e trégua, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, quando o Japão invadiu a China, onde ficou conhecido como a Segunda Guerra Sino-Japonesa, logo os dois grupos se juntaram para combater a invasão japonesa ao território chinês. Porém, logo após o conflito entre os países se encerrar, em 1946, a guerra civil foi fortemente retomada, culminando em 1949 na vitória do PCC e a proclamação da República Popular da China por Mao Tsé-tung, enquanto o Kuomintang recuava para Taiwan. Esse marco histórico representou o início oficial da experiência socialista no país, que passaria a adotar um modelo de economia centralmente planejada sob liderança comunista, o que, ao longo das décadas, levou a China a ascender no mercado global, tornando-se, no século XXI, uma das principais potências mundiais (Barbosa, 2016; Saes; Saes, 2013).

O Partido Comunista da China cresceu, inicialmente, pela aliança feita com o Kuomintang, que adiante se romperia. O PCC, sob liderança de Mao Tsé-Tung, diante dessa ruptura levou o partido a se organizar militarmente, adotando estratégias de guerra de guerrilhas e de mobilização camponesa. A liderança de Mao aprimorou a disciplina partidária, educação política e justiça social, o que assegurou ao PCC crescente apoio popular e lhes permitiu finalmente derrotar o Kuomintang em 1949. A ocupação japonesa foi um fator decisivo para a vitória dos comunistas, com o partido nacionalista enfraquecido resultado da forte corrupção do partido, não obteve-se o êxito na organização para o enfrentamento contra os japoneses, fazendo com que os comunistas avançassem sobre o território que era ocupado pelo Japão, acarretando na expulsão dos japoneses e na ocupação do território (Saes; Saes, 2013).

Após o embate entre os japoneses e os comunistas chineses, iniciou-se então a guerra entre o Kuomintang e o PCC, onde os comunistas também venceram. Isso resultou, então, na criação da República Popular da China, no ano de 1949, em Pequim, e na fuga dos nacionalistas para Taipei, declarando-a capital da China Nacionalista (Saes; Saes, 2013).

Logo após o Partido Comunista Chinês proclamar a República Popular da China, liderada por Mao Tsé-Tung, foi adotado o "modelo soviético" de organização econômica, tendo como base o planejamento centralizado, coletivização agrícola e domínio estatal das cadeias produtivas. Um país pobre, com altos índices inflacionários, de desemprego e de desigualdade, adotou a proposta da adoção de uma “Nova Democracia”, considerado como um programa de transição para o

socialismo. Como parte desse processo, realizou-se a reforma agrária, expropriando os grandes latifundiários e garantindo as terras para aproximadamente 300 milhões de camponeses, todavia, a propriedade privada de empresas familiares e artesanais foram preservadas, expropriando apenas as grandes e médias empresas. O processo continuou a tal ponto que, em 1956, já não se via mais propriedades privadas. Posteriormente, propôs-se a coletivização na agricultura, no intuito de impedir a formação de camponeses ricos, que iria contra as ideias defendidas pelo Estado. A centralização econômica na China foi fortemente influenciada e apoiada pela União Soviética, até o rompimento político entre os dois países, que levou à retirada do apoio econômico e técnico soviético. O Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), que tinha como objetivo o desenvolvimento da indústria pesada, a coletivização agrícola e a nacionalização das empresas privadas, seguiu as diretrizes da experiência soviética. Em suma, o modelo soviético influenciou a China a adotar uma economia planificada e centralizada, com forte ênfase na industrialização pesada, na nacionalização de empresas e na coletivização da agricultura, marcando a primeira fase da construção do socialismo chinês após 1949 (Saes; Saes, 2013).

A inserção da China no cenário global desafia as premissas clássicas da Teoria da Dependência, desenvolvida originalmente para explicar as limitações estruturais das economias periféricas subordinadas aos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Conforme essa tradição teórica, especialmente no contexto latino-americano, o processo de industrialização ocorreu de forma associada e dependente, com forte presença do capital multinacional, o que resultou na reprodução de vínculos de subordinação econômica, tecnológica e financeira.

Entretanto, a trajetória chinesa evidencia uma ruptura significativa com esse padrão histórico. Diferentemente da experiência latino-americana, a China logrou estabelecer uma forma particular de inserção no capitalismo global, caracterizada não pela subordinação, mas por uma relação estratégica e seletiva com o capital internacional. Como argumenta Sawaya (SAWAYA, 2011), o diferencial chinês reside justamente na forma como o país estruturou sua abertura externa: não como um processo passivo de adaptação às forças de mercado, mas como uma estratégia deliberada de desenvolvimento nacional orientada pelo Estado.

Nesse sentido, observa-se uma diferenciação histórica fundamental. Enquanto os países latino-americanos, em grande medida, limitaram-se a “pavimentar o terreno” para a entrada do capital estrangeiro — reduzindo barreiras, flexibilizando regulações e assumindo uma postura de atração passiva de investimentos —, o Estado chinês operou como agente central na coordenação e no controle desse processo. Ao invés de simplesmente abrir sua economia, a China condicionou a entrada do capital externo a objetivos estratégicos previamente definidos, subordinando-o às diretrizes do desenvolvimento nacional.

Essa postura ativa se materializou em mecanismos concretos que conferiram ao Estado chinês elevado grau de controle sobre o processo de internacionalização de sua economia. Entre esses mecanismos, destacam-se a exigência de formação de joint ventures entre empresas estrangeiras e nacionais, bem como a imposição de transferência de tecnologia como condição para o acesso ao mercado interno. Tais instrumentos permitiram não apenas a absorção de conhecimento técnico, mas também a internalização de capacidades produtivas, evitando a dependência tecnológica típica das economias periféricas. (SAWAYA,2011)

Além disso, o investimento estrangeiro foi rigidamente regulado e direcionado para setores considerados estratégicos, priorizando fluxos produtivos de longo prazo em detrimento de capitais especulativos. Essa combinação entre abertura externa e controle estatal possibilitou à China utilizar a própria dinâmica da mundialização do capital como instrumento de fortalecimento de sua estrutura produtiva interna, revertendo a lógica tradicional da dependência. Em vez de se tornar refém do capital internacional, o país conseguiu instrumentalizá-lo em favor de seu projeto nacional de desenvolvimento.

Dessa forma, a experiência chinesa desafia não apenas a Teoria da Dependência, mas também os pressupostos do neoliberalismo, ao demonstrar que a integração à economia global não implica, necessariamente, perda de soberania econômica. Ao contrário, quando mediada por um Estado forte, planejador e estrategicamente orientado, essa integração pode se converter em vetor de desenvolvimento autônomo.

Em última instância, a ascensão chinesa revela que o padrão centro-periferia não é uma estrutura rígida e imutável, mas sim um campo de disputas no qual estratégias nacionais podem redefinir posições relativas no sistema internacional. Ao transformar o capital estrangeiro em aliado e não em vetor de subordinação, a China não apenas evitou a armadilha da dependência, como também colocou em xeque a hierarquia mundial historicamente centrada nas economias ocidentais, em especial nos Estados Unidos.

A ERA MAOÍSTA (1949–1976)

Essencialmente agrária e de base industrial pequena, a economia da China pré-revolução era estruturada, sobretudo, por indústrias leves, sendo a maioria de capital estrangeiro e concentrada em poucas cidades (Nogueira, 2019). Nesse contexto, a maior parte da população se encontrava nas zonas rurais, dedicando-se ao cultivo de apenas um décimo do território disponível (Saes; Saes, 2013). Importante enfatizar que grande parte dessa população rural não era detentora das terras as quais cultivavam, mas sim arrendatários que, em geral, entregavam mais da metade de sua produção aos proprietários (Riskin, 1987).

> Ao se encerrar a guerra civil que conduziu o Partido Comunista ao poder em 1949, além da pobreza e das desigualdades, a economia chinesa estava marcada pela inflação e pelo desemprego. Para enfrentar essa conjuntura, foi proposta a construção da Nova Democracia, um programa de transição ao socialismo. Além do Partido Comunista Chinês, participavam da aliança partidos minoritários com o objetivo de aglutinar quatro classes ligadas à revolução: proletariado industrial, camponeses pobres, classe média e burguesia nacionalista. (Saes; Saes, 2013, p. 537)

Nos anos iniciais da tomada de poder pelo Partido Comunista, a preocupação foi consolidar-se no poder — fosse combatendo focos contrários aos ideais da revolução, fosse tentando eliminar costumes frutos de estruturas do passado. A Reforma Agrária é realizada paralelamente a essas medidas, tendo começado antes de 1949 em áreas sob domínio comunista, foi completada em 1952, extinguindo a elite agrária e fortalecendo a produção familiar em pequena escala. Relevante mencionar que sua característica principal está na distribuição desigual da terra — 30% das famílias rurais continuaram vivendo em lotes pequenos (Riskin, 1987). A desigualdade na distribuição de terras foi planejada, não aconteceu por acaso. Mao acreditava que, no início, era preciso deixar os agricultores ricos continuarem produzindo para ajudar na recuperação da economia. Ele defendia isso porque achava que só a agricultura em grande escala poderia alimentar toda a população, já que havia pouca terra cultivável para cada pessoa (Nogueira, 2019).

PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E O GRANDE SALTO ADIANTE

Divulgado em 1955, o Primeiro Plano Quinquenal seguia o modelo de industrialização soviética. Durante essa fase, a China contou com significativo apoio da União Soviética: capacitação de profissionais chineses na URSS, envio de especialistas soviéticos ao território chinês, e concessão de créditos financeiros que permitiram a importação de equipamentos e matéria-prima do bloco socialista. É importante destacar, no entanto, que apesar da forte inspiração soviética, o modelo de Mao se distanciava do modelo de Kuschev e ministros, pois ao passo que a URSS mirava no desenvolvimento total da indústria, o PCC buscava desenvolver um equilíbrio com a agricultura.

A estratégia de desenvolvimento da China pós-1949 foi, então, forjada sob a pressão de um contexto geopolítico hostil. O isolamento internacional, a Guerra da Coreia e o embargo norte-americano forçaram a nação a buscar a autossuficiência e a priorizar a acumulação de capital na indústria pesada, emulando o modelo soviético. O Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) direcionou maciços investimentos para o setor industrial, especialmente para as províncias do interior, visando descentralizar a produção por razões estratégicas e de desenvolvimento regional. O

resultado foi uma notável “mudança estrutural efetiva”, com a fatia da indústria no PIB saltando de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979. Segundo o economista Angus Maddison, o crescimento médio anual da indústria no período maoísta (1952-1978) foi de 9,6%, demonstrando o sucesso dessa política em termos de crescimento industrial bruto (Nogueira, 2019).

No entanto, essa estratégia de industrialização foi marcada por profundas contradições dentro das estratégias do Grande Salto Adiante (1958-1961), uma campanha de desenvolvimento voluntarista que buscou acelerar o crescimento econômico e a coletivização da agricultura de forma radical. O movimento promoveu a criação de "comunas populares" e mobilizou milhões de camponeses para a produção de aço em pequenas fornalhas improvisadas. A intenção era ambiciosa: superar a Grã-Bretanha em produção industrial e, ao mesmo tempo, garantir a autossuficiência agrícola. O resultado, contudo, foi catastrófico. A má alocação de recursos, a ausência de conhecimento técnico e a desorganização da produção agrícola, com o desvio de mão de obra e a requisição de grãos, levaram a uma Grande Fome que ceifou a vida de dezenas de milhões de chineses.

O Grande Salto Adiante foi, inegavelmente, um plano ousado. A meta basilar era ultrapassar o Reino Unido em níveis econômicos em até 15 anos. Como citado anteriormente, um dos focos principais foi desenvolver indústria e agricultura de forma paralelas, para que a China pudesse “andar sobre duas pernas” e não ficasse dependente de outros países. Diante dessa perspectiva, a China acabou por contrariar trajetórias clássicas de desenvolvimento, pois o processo de industrialização não foi acompanhado por uma urbanização.

No campo, a estratégia implementada foi a das “comunas”, uma forma de redistribuição de terras em favor da qual o governo chinês logo tratou de revogar todas as propriedades rurais. Como resultado, todas as propriedades rurais privadas foram confiscadas. Até o final daquele ano, mais de 25 mil comunas foram estabelecidas, cada uma com aproximadamente 5.000 famílias. Essas famílias eram responsáveis por trabalhar em conjunto para alcançar as metas de produção agrícola estabelecidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e se tornarem autossuficientes. Nas áreas urbanas, o foco do governo era em grandes investimentos na produção de aço, principalmente por meio de empresas estatais. Milhares de projetos foram lançados durante o Grande Salto Adiante, gerando milhões de empregos. A maioria desses novos trabalhadores tinha pouca ou nenhuma escolaridade e passou a fazer parte da folha de pagamento do governo. Esse aumento no número de empregos urbanos foi significativo: em 1960, o número de trabalhadores urbanos atingiu 50,44 milhões, mais que o dobro do número de empregados no ano anterior ao início do programa.

Além da tragédia humana, o período maoísta criou um paradoxo estrutural: uma nação industrializada “sem equivalente urbanização”. A maior parte da população permaneceu no campo, e a migração para as cidades foi rigorosamente controlada pelo sistema de registro populacional (o

hukou) e pelo racionamento de alimentos. O Grande Salto Adiante e o Primeiro Plano Quinquenal, apesar de terem estabelecido uma base industrial, o fizeram a um custo imenso e com uma assimetria entre os setores que criaria desafios e oportunidades para as reformas futuras.

A partir de 1961, iniciou-se uma fase de reorganização conhecida como Reajustamento. Esse processo buscou corrigir excessos do Grande Salto Adiante e reaproximar a economia das práticas anteriores (Saes; Saes, 2013). As comunas populares, que até então concentravam grande parte das funções sociais e produtivas, foram gradualmente esvaziadas de poder. Em seu lugar, surgiram as chamadas "brigadas de produção", estrutura semelhante às antigas cooperativas rurais.

Nesse contexto, houve também a devolução de propriedades e bens que haviam sido incorporados pelo Estado, como utensílios, pequenas parcelas de terra e, em alguns casos, residências, restituindo-os aos antigos donos. A organização da produção passou a ser conduzida por equipes de trabalho, geralmente formadas por algumas famílias, e verificou-se ainda um movimento de retorno de parte da população urbana ao campo. No âmbito industrial, não se retomou o modelo rígido de planejamento central, mas a condução das empresas deixou de estar sob domínio dos militantes políticos e voltou a ser responsabilidade de administradores e técnicos especializados.

A REVOLUÇÃO CULTURAL E AS QUATRO MODERNIZAÇÕES

A Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976) representa outro ponto de inflexão na história da China. Convocada por Mao Tsé-Tung, a Revolução tinha como objetivo oficial purgar o Partido Comunista de elementos "revisionistas" e "burgueses" e combater as burocracias e as hierarquias que, segundo ele, haviam se instalado.

> A Revolução Cultural não visou, com efeito e ao contrário do Grande Salto, acelerar o crescimento nem abrir os pontos de estrangulamento. Ela se insurge contra as consequências sociopolíticas de uma estratégia econômica, sem colocar realmente em causa essa estratégia em si (BERGÈRE, 1980, apud SAES; SAES, 2013, p. 541).

O movimento mobilizou milhões de jovens estudantes, conhecidos como a Guarda Vermelha, para criticar e combater as autoridades partidárias e intelectuais, buscando combater o elitismo fortemente enraizado na tradição chinesa. O resultado foi, portanto, um período de profunda instabilidade social e política, com perseguições em massa, desestruturação das instituições de ensino e do próprio Partido Comunista.

O paradoxo da Revolução Cultural reside no fato de que, apesar de sua intenção de desmantelar o poder burocrático e autoritário, ela acabou por reforçar o poder de Mao e criar um "arranjo sociopolítico" ainda mais "autoritário" e "totalitário" (Nogueira, 2019). O caos institucional gerado enfraqueceu as estruturas de governança, criando um vácuo que exigiria uma

completa reestruturação após a morte de Mao em 1976. Embora tenha sido um período de grande turbulência, a Revolução Cultural, ao deslegitimar certas formas de autoridade, indiretamente, abriu o caminho para a emergência de uma nova liderança. A necessidade de estabilidade e de uma nova direção tornou-se a pauta dominante no pós-Mao.

Com o esgotamento do impulso da Revolução Cultural, por volta de 1969-1970, a China iniciou um processo de retomada da normalidade em suas atividades econômicas. Nesse contexto, o então primeiro-ministro Chou En-lai, em parceria com Deng Xiaoping, que havia sido reabilitado após ter sido afastado durante o período mais intenso da Revolução Cultural, apresentou a proposta das Quatro Modernizações (indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia). Essa agenda, formulada já no final da década de 1960, representava uma ruptura com o ideário maoísta, ao defender o fortalecimento dos órgãos de planejamento central, a restauração da disciplina no trabalho, a concessão de incentivos materiais à produção e a reabertura das instituições de ensino para elevar a formação técnica e acadêmica da população.

A partir de 1972, buscou-se também maior inserção internacional, sobretudo por meio da aproximação com o Japão e os Estados Unidos. A visita oficial do presidente Richard Nixon à China marcou um ponto de virada nesse processo, abrindo espaço para o crescimento do comércio exterior e para a importação de fábricas e equipamentos modernos. Essa linha de ação contrastava de maneira evidente com as diretrizes defendidas por Mao desde o Grande Salto Adiante, em 1956. A morte de Chou En-lai, em janeiro de 1976, permitiu que os aliados de Mao tentassem conter o avanço dessas reformas. O chamado Grupo dos Quatro, liderado por sua esposa, chegou a articular a segunda destituição de Deng Xiaoping. Contudo, a morte de Mao, em setembro do mesmo ano, levou à queda desse grupo e à consequente eliminação da resistência às Quatro Modernizações. A partir daí, consolidou-se uma trajetória marcada pela abertura ao mercado externo e por transformações profundas na estrutura econômica do país.

De forma mais ampla, pode-se observar que os diferentes períodos da experiência socialista chinesa: Nova Democracia (1949-1953), Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), Grande Salto Adiante (1958-1960), Reajustamento (1961-1965), Revolução Cultural (1966-1970) e Quatro Modernizações (1970-1976), revelam a alternância de duas linhas de orientação: uma voltada prioritariamente ao crescimento econômico e outra que buscava priorizar a construção de uma nova sociedade, fundada na superação das divisões de classe (Saes; Saes, 2013).

AS REFORMAS DE DENG XIAOPING E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO DE MERCADO (1978-1990)

A ascensão de Deng Xiaoping em 1978 representou um marco na trajetória do desenvolvimento chinês. Diferente do modelo centrado na mobilização coletiva que caracterizou a

era maoísta, Deng buscou implementar uma estratégia pragmática de modernização que ficou conhecida como as Quatro Modernizações, voltadas para a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia. Esse programa tinha como meta superar os impasses deixados pela Revolução Cultural e recolocar a China em um caminho de crescimento sustentado (Leão, 2010).

Na agricultura, a medida mais relevante foi a substituição das comunas populares pelo sistema de responsabilidade familiar, que atribuía às famílias o direito de uso da terra e permitia a comercialização dos excedentes após o cumprimento das cotas estatais. Entre 1980 e 1986, a produção agrícola praticamente dobrou, elevando a renda rural e criando um mercado interno mais dinâmico para produtos industriais (Araújo; Brandão; Diegues, 2018). Esse avanço contribuiu também para o crescimento das Township and Village Enterprises (TVEs), unidades produtivas locais que se tornaram importantes polos de industrialização descentralizada e diversificação econômica (Milaré, 2011).

Na esfera industrial, as empresas estatais passaram por reformas que ampliaram sua autonomia administrativa e financeira. Embora submetidas a mecanismos de mercado, continuaram desempenhando papel estratégico na execução da política industrial e no direcionamento do desenvolvimento econômico. Paralelamente, o governo criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), a partir de 1980, em regiões como Shenzhen e Xiamen. Essas áreas ofereceram isenções fiscais e vantagens regulatórias ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que exigiam transferência tecnológica e parcerias com empresas locais, permitindo à China integrar-se progressivamente às cadeias globais de produção (Suleiman, 2008).

Outro aspecto central das reformas foi a condução da política macroeconômica. O Estado manteve o controle do sistema financeiro e utilizou o câmbio desvalorizado para favorecer as exportações. O investimento estrangeiro foi cuidadosamente regulado, priorizando fluxos produtivos de longo prazo e restringindo movimentos especulativos. Essa combinação garantiu a estabilidade necessária para sustentar a abertura gradual da economia.

O conjunto dessas medidas deu origem ao chamado “socialismo de mercado”, conceito que expressa a incorporação de mecanismos de mercado dentro de uma estrutura socialista rigidamente controlada pelo Partido Comunista. Não se tratava de uma transição para o capitalismo nos moldes ocidentais, mas de um modelo híbrido, no qual a lógica do mercado era utilizada de forma instrumental para impulsionar a modernização econômica e fortalecer a posição internacional da China (Araújo; Brandão; Diegues, 2018). Ao final da década de 1980, o país já havia consolidado uma base agrícola revitalizada, uma indústria em expansão e altas taxas de crescimento econômico, estabelecendo as bases para sua transformação em potência emergente.

A ASCENSÃO CHINESA NO SÉCULO XXI: CONTINUIDADE SOCIALISTA OU CAPITALISMO DE MERCADO?

A partir das reformas iniciadas por Deng Xiaoping, a China consolidou-se como ator central do sistema internacional. O ingresso nas cadeias globais de produção, viabilizado pela abertura gradual e pelas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), transformou o país na "oficina do mundo". Contudo, diferentemente das trajetórias capitalistas ocidentais, essa integração ocorreu sem renúncia à autonomia estatal: o Partido Comunista Chinês (PCC) preservou o controle de setores estratégicos, como energia, transportes e finanças, assegurando a capacidade de planejamento e de orientação macroeconômica.

No século XXI, a ascensão chinesa assume uma nova dimensão. No plano externo, o país passou a utilizar suas reservas cambiais não apenas como proteção monetária, mas como instrumento de projeção geopolítica. O financiamento de grandes obras de infraestrutura, sobretudo por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota, exemplifica a utilização do poder econômico como mecanismo de influência, especialmente no Sul Global. Para Arrighi (2008), essa estratégia diferencia-se do expansionismo militarista ocidental, inserindo-se em tradições civilizatórias asiáticas que privilegiam a estabilidade e a reciprocidade, aproximando-se de uma concepção smithiana de economia moral em contraste com a lógica capitalista-financeira do Ocidente.

No plano interno, consolida-se a noção de "socialismo de mercado", que combina liberalização parcial com o comando político de um partido único. Esse arranjo desafia as categorias tradicionais de socialismo centralizado e capitalismo liberal: ao mesmo tempo em que admite concorrência, lucro e propriedade privada limitada, mantém o planejamento estatal em áreas estratégicas, direcionando investimentos e a política cambial.

Jabbour (2021) problematiza a classificação da China como "capitalismo de Estado", considerando-a reducionista e incapaz de explicar a especificidade do modelo chinês. Para o autor, o país inaugura uma nova formação econômico-social, o socialismo de mercado, na qual Estado, mercado e Partido se articulam de forma inédita. Essa articulação garante estabilidade política, promove inovação institucional e sustenta ciclos de desenvolvimento prolongados. Em sua fase mais recente, o processo é caracterizado pela "economia do projetamento", definida como uma planificação voltada para o futuro, direcionada à modernização produtiva e à liderança tecnológica (JABBOUR, 2021).

A análise comparativa entre Arrighi (2008) e Jabbour (2021) evidencia que a ascensão chinesa não pode ser enquadrada em modelos convencionais de capitalismo de Estado ou socialismo tradicional. O crescimento no século XXI foi viabilizado pela capacidade do Estado de preservar o comando sobre os principais vetores da acumulação, ao mesmo tempo em que utilizou o mercado como instrumento de inserção internacional. Essa combinação possibilitou não apenas a

superação do atraso tecnológico, mas também a transformação da China em potência exportadora de ciência, tecnologia e inovação.

BASES CONSTRUÍDAS E A VIRADA PÓS 1970

A trajetória da economia chinesa não pode ser analisada apenas como um conjunto de tentativas desconexas, mas sim como um processo histórico que combinou rupturas e continuidades. Durante a era maoísta, objetivos fundamentais foram alcançados. A reforma agrária, ao eliminar o poder dos latifundiários, transformou a base social do país; a nacionalização de setores estratégicos fortaleceu a presença do Estado; e os avanços em áreas como saúde e educação criaram uma infraestrutura social mínima capaz de sustentar a modernização posterior. Elias Jabbour (2021) observa que, apesar das contradições e erros graves desse período, esses elementos foram decisivos para a consolidação de um projeto de desenvolvimento soberano.

Com a ascensão de Deng Xiaoping, em 1978, inicia-se um novo momento da experiência socialista chinesa. As chamadas reformas e abertura promoveram mudanças profundas na organização produtiva, introduzindo mecanismos de mercado e incentivando o investimento estrangeiro. Segundo Jabbour, esse processo não significou uma ruptura com o socialismo, mas uma redefinição estratégica. O conceito de "socialismo de mercado com características chinesas" expressa justamente a tentativa de conciliar planejamento estatal e dinamismo de mercado em um mesmo arranjo institucional.

Entre os resultados observados após o final da década de 1970 estão a criação das Zonas Econômicas Especiais, a diversificação da indústria, a modernização tecnológica e a rápida elevação do PIB. Esses avanços não ocorreram de forma espontânea, mas foram fruto da combinação entre abertura externa e forte coordenação estatal. A China soube, portanto, utilizar a globalização a seu favor, integrando-se às cadeias produtivas internacionais sem abrir mão do controle político e econômico por parte do Partido Comunista.

Assim, o vínculo entre os objetivos alcançados na era maoísta e as reformas implementadas no pós-1970 demonstra a singularidade do modelo chinês. De um lado, a construção socialista garantiu as bases estruturais e sociais; de outro, as reformas de Deng possibilitaram o salto em direção ao desenvolvimento econômico. Essa articulação explica como a China, em poucas décadas, se transformou em potência global e se consolidou como uma das principais experiências de socialismo renovado no século XXI.

CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

A trajetória de ascensão da China não elimina as contradições internas que, caso não sejam equacionadas, podem fragilizar seu projeto de desenvolvimento de longo prazo. Jabbour (2021)

observa que o processo de financeirização e o endividamento de províncias e empresas privadas constituem ameaças potenciais à estabilidade do socialismo de mercado, pois podem fortalecer setores vinculados ao capital especulativo em detrimento da soberania produtiva. Assim, se não houver mecanismos de contenção, tais dinâmicas tendem a reproduzir padrões típicos de economias capitalistas dependentes.

Arrighi (2007), ao analisar a emergência chinesa como parte de uma "renascença asiática", adverte que o êxito desse movimento depende de sua capacidade em assegurar uma ascensão "pacífica" e autônoma frente às pressões do sistema-mundo. Para o autor, a China pode evitar as armadilhas das potências ocidentais apenas se mantiver coerência estratégica em torno do fortalecimento de seu mercado interno e da integração regional, convertendo sua expansão em um projeto alternativo à hegemonia norte-americana. Nesse sentido, as contradições atuais não são meramente econômicas, mas carregam implicações geopolíticas.

Por sua vez, Saes e Saes (2013), ao discutirem o capitalismo histórico, demonstram como processos de ascensão econômica sempre se deram em meio a tensões estruturais entre centro e periferia, sendo que a administração dessas contradições foi decisiva para a consolidação de novos polos de poder. No caso chinês, a desigualdade social, os desafios ambientais e as tensões no campo da inovação tecnológica configuram pontos críticos que, se não enfrentados, podem limitar a continuidade de seu modelo singular de desenvolvimento.

Dessa forma, embora as contradições atuais apresentem riscos concretos, elas não configuram obstáculos intransponíveis. Pelo contrário, a experiência chinesa demonstra grande capacidade de adaptação e reinvenção institucional, seja por meio do fortalecimento das empresas estatais estratégicas, seja pelo aprofundamento da "nova economia do projetamento" (JABBOUR, 2021). Portanto, os desafios postos à China no século XXI não representam o fim de seu ciclo ascendente, mas a exigência de um contínuo esforço estratégico de planejamento estatal, capaz de reequilibrar o processo de crescimento e preservar sua orientação socialista

CONCLUSÃO

A trajetória da economia chinesa, desde a Revolução de 1949 até o século XXI, evidencia um processo singular de transformação estrutural que não se enquadra de forma linear nos modelos clássicos de desenvolvimento capitalista. Diferentemente da experiência de países periféricos, especialmente da América Latina, a China construiu um caminho próprio, fundamentado inicialmente na centralidade do Estado e na planificação econômica, e posteriormente em um modelo híbrido que combina mecanismos de mercado com forte controle político. Esse movimento não pode ser compreendido como uma mera transição do socialismo ao capitalismo, mas sim como

a conformação de um arranjo institucional específico, que alguns autores denominam “socialismo de mercado”.

A era maoísta foi marcada por profundas transformações sociais e econômicas. Apesar de seus limites, como crises alimentares e excessos autoritários, essa fase foi responsável pela unificação do país, pela reforma agrária e pela criação das bases industriais que sustentariam as reformas futuras. O legado de Mao, nesse sentido, não deve ser reduzido a erros, mas entendido como etapa decisiva na consolidação de uma China soberana e com relativa autonomia frente às potências estrangeiras.

A partir das reformas de Deng Xiaoping, o país ingressa em uma nova etapa histórica, abrindo-se seletivamente ao capital estrangeiro e adotando políticas de estímulo à produtividade e à inovação. Contudo, o processo não significou a adoção de um capitalismo nos moldes ocidentais, visto que o Estado manteve sob seu controle setores estratégicos da economia, além de direcionar investimentos de acordo com planos nacionais de longo prazo. Essa combinação entre abertura e centralização constituiu um diferencial que possibilitou à China alcançar taxas de crescimento sustentadas por décadas, ao mesmo tempo em que evitou o colapso social observado em outras economias em desenvolvimento.

No século XXI, a ascensão chinesa se consolida como um dos fenômenos mais marcantes da economia mundial. O país não apenas se tornou a segunda maior economia global, mas também se projeta como polo tecnológico, industrial e financeiro. Esse protagonismo gera impactos na geopolítica internacional, desafiando a hegemonia norte-americana e criando novas possibilidades de articulação entre países do Sul Global. Ainda assim, permanecem contradições internas, como o aumento das desigualdades regionais, a concentração de renda em determinados setores e os dilemas ambientais derivados de seu padrão de crescimento acelerado.

Portanto, o caso chinês demonstra que não há um único caminho de modernização ou desenvolvimento. O modelo de socialismo de mercado, embora alvo de controvérsias, representa uma alternativa histórica que desafia a dicotomia simplista entre capitalismo e socialismo. Mais do que uma experiência nacional, trata-se de um fenômeno que redefine os debates sobre a economia política contemporânea, abrindo espaço para novas interpretações acerca da relação entre Estado, mercado e sociedade. Ao fim, a experiência chinesa revela que o desenvolvimento econômico é sempre resultado de escolhas políticas e institucionais, e que a busca por autonomia e prosperidade pode assumir formas diversas, sem seguir necessariamente o padrão prescrito pelas nações centrais.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARAÚJO, Caroline Giusti de; BRANDÃO, Caroline Miranda; DIEGUES, Antônio Carlos. **As transformações no modelo de desenvolvimento econômico chinês: De Deng Xiaoping ao período atual.** Revista Economia Ensaios, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 33, n. 1, 2019. DOI: 10.14393/REE-v33n1a2018-39517.

BASTOS, P. P. Z.; BRITTO, F. (2010). **A acumulação de capital e o modelo de desenvolvimento da China: 1949-2008**.

BARBOSA, V. (2016). **Quem se importa com Taiwan?**

CHANG, J.; HALLIDAY, J. (2006). **Mao: A História Desconhecida**.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo, São Paulo, 2021.

LEÃO, R.P.F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MILARÉ, L.F.L. **O processo de industrialização chinesa: uma visão sistêmica**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2011.

NOGUEIRA, I. **Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China**. Carta Internacional, 14(2), 2019. https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.931

RISKIN, Carl. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROCHA, F. (2023). **Guerra Civil Chinesa (1927-1949)**.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral.** São Paulo: Saraiva, 2013.

SULEIMAN, Amanda Battaglini. **O salto econômico da China: crescimento e mudança**. 2008. 45 f. Monografia (Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2008.

SAWAYA, Rubens R. **China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n° 28, p. 5-35, 2011